



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Poder Judiciário
do Estado do Espírito Santo

REVISÃO 01

2018



MESA DIRETORA

Biênio 2018-2020

Presidente: Des. Sergio Luiz Teixeira Gama
Vice Presidente: Des. Ney Batista Coutinho
Corregedor Geral Des. Samuel Meira Brasil Junior

Tribunal Pleno

Des. Adalto dias Tristão.
Des. Manoel Alves Rabelo
Des. Pedro Valls Feu Rosa
Des. Sergio Bizzotto Pessoa De Mendonça
Des. Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon.
Des. Annibal de Rezende lima.
Des. Sergio Luiz Teixeira Gama
Des. Ronaldo Gonçalves De Sousa
Des. Fabio Clem De Oliveira
Des. Samuel Meira Brasil Junior
Des. Ney Batista Coutinho
Des. José Paulo Calmon Nogueira Da Gama
Des. Carlos Simões Fonseca
Des. Namyr Carlos De Souza Filho.
Des. Dair José Bregunze De Oliveira.
Des. Telêmaco Antunes De Abreu Filho
Des. Willian Silva
Des^a. Eliana Junqueira Munhoz Ferreira
Des^a Janete Vargas Simões
Des. Robson Luiz Albanez
Des. Wallace Pandolpho Kiffer.
Des. Jorge Do Nascimento Viana
Des. Fernando Estevam Bravim Ruy
Des. Ewerton Schwab Pinto Júnior.
Des. Fernando Zardini Antônio
Des. Arthur José Neiva De Almeida
Des. Jorge Henrique Valle Dos Santos
Des^a Elisabeth Lordes

O processo de revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020 foi conduzido por magistrados e servidores conforme relacionados a seguir:

(ordem alfabética)

Magistrados

Juiz de Direito Alexandre Farina Lopes

Juíza de Direito Carmen Lucia Correa

Juiz de Direito Cássio Jorge Tristão Guedes

Juiz de Direito Fábio Brasil Nery

Juiz de Direito Fernando Lyra Rangel

Juiz de Direito Jorge Orrevan Vaccari Filho

Juiz de Direito Marcelo Feres Bressan

Juiz de Direito Marcelo Menezes Loureiro

Juíza de Direito Paula Ambrozim de Araújo Mazzei

Juiz de Direito Paulo César Carvalho

Juíza de Direito Patrícia Pereira Neves

Servidores

Aline Carolino Davel - Subsecretaria Geral

Ana Clara Dávila Guedes – Analista Judiciário – AE Estatístico

Anderson Fanelli - Assessor de Segurança Institucional

Bruno Campos – Técnico Judiciário

Carlos Vinicius de Arimatéa – Secretário de Tecnologia da Informação

Cintia Simões Varejão – Secretária de Gestão de Pessoas

Greice Ventura Proveti – Técnico Judiciário

José Adriano Pereira – Secretário de Controle Interno

Magno dos Santos Neto Analista Judiciário – AE Estatístico

Marcelo Tavares Albuquerque – Secretário Geral

Maria Elysa Gonçalves de Souza – Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica.

Pedro Paulo Gondim Simmer – Coordenador de Pagamento de Pessoal

Renata de Souza Santos – Técnico Judiciário

Rita de Cássia Barcellos Almeida - Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica.

Simone Caliman Rangel – Coordenadora de Acompanhamento e Gestão

Vinicius Borges - Analista Judiciário - AE - Comunicação Social

Wagner Vieira Marques – Secretário de Engenharia e Gestão Predial

SUMÁRIO

- 07 Apresentação
- 08 Metodologia
- 10 Missão, Visão e Valores
- 11 Mapa Estratégico
- 14 Dos Temas e dos Objetivos Estratégicos Relacionados
- 15 Dos Objetivos Estratégicos e dos Macrodesafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça
- 17 Das Dimensões Organizacionais e dos Objetivos Estratégicos
 - 18 Sociedade
 - 19 Processos
 - 20 Pessoas
 - 21 Orçamento e Infraestrutura
- 22 Das Iniciativas Estratégicas
- 35 Monitoramento
- 36 Considerações Finais

01. APRESENTAÇÃO

A revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo decorreu da necessidade de adequação dos objetivos e iniciativas estratégicas aos Macrodesafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça até o ano de 2020.

Assim como o processo de elaboração, a revisão do Planejamento Estratégico se consubstancia na participação democrática e ampliada, com a expectativa de envolvimento dos vários segmentos da estrutura judiciária e em especial magistrados e servidores.

A implantação da alteração consolida a oportunidade de criar uma linguagem única de atuação no âmbito do Poder Judiciário e o fortalecimento da nossa capacidade de enfrentamento dos Macrodesafios propostos até o ano de 2020.

Como em todo o processo de planejamento, as alterações e modificações são esperadas como forma de melhoria contínua do processo de acompanhamento e supervisão das ações e iniciativas que contribuem para a execução da estratégia.

Esperamos que a experiência decorrente desse trabalho revisional possa promover importantes avanços no acompanhamento da prestação jurisdicional e, como consequência, a modernização da gestão judiciária, nos moldes disciplinados pelo Conselho Nacional de Justiça.



02. METODOLOGIA

A revisão do Planejamento Estratégico respeitou a metodologia de sua concepção, conforme instalada no ano de 2015. O processo revisional foi iniciado formalmente no dia 10 de agosto de 2018 com a 1ª Reunião de Trabalho para a Revisão do Planejamento Estratégico, oportunidade em que participaram o Excelentíssimo Senhor Desembargador Sergio Luiz Teixeira Gama, Presidente deste E. Tribunal e a Excelentíssima Senhora Desembargadora Janete Vargas Simões, presidente do Grupo de Trabalho Grupo de Trabalho para Acompanhar o Cumprimento das Metas Nacionais do CNJ.

Participaram da reunião magistrados e servidores, oportunidade em que, ao seu final, foi constituída a Comissão de Revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020 a quem coube conduzir este processo revisional.

Foram realizadas as seguintes atividades pela Comissão de Revisão e pelas áreas técnicas do TJES com o objetivo de proceder à revisão do Plano Estratégico:

- Aprovação do Cronograma de Trabalho
- Reuniões de magistrados e servidores para discussão e aprovação dos elementos de alteração do Planejamento Estratégico para o período 2015-2020
- Análise e Compatibilização dos Macrodesafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça com os Objetivos Organizacionais descritos no Planejamento Estratégico vigente, a fim de possibilitar as alterações necessárias.
- Reunião da Comissão para discussão e aprovação das iniciativas es-

tratégicas vinculadas aos objetivos estratégicos.

- Priorização dos Objetivos e Iniciativas Estratégicas que apresentam condições de serem concluídas até o ano de 2020.
- Reunião da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica – APOGE com as áreas administrativas para validação das propostas de alteração.
- Elaboração da minuta de Resolução para aprovação da alteração do Planejamento Estratégico 2015-2020.

Insta destacar que as alterações foram pontuais e, neste sentido, não foram rediscutidas a Missão e Visão Institucional. Não obstante e como complementação foram incluídos os Valores organizacionais, complementando a diretriz da estratégica para a formulação do Planejamento Estratégico 2015-2020.



03. Missão Visão e Valores

O propósito do Poder Judiciário do Espírito Santo é:

“ASSEGARAR A TODOS, INDISTINTAMENTE, A SOLUÇÃO ADEQUADA DOS CONFLITOS APRESENTADOS À JUSTIÇA CAPIXABA DE FORMA ACESSÍVEL, CÉLERE E EFETIVA, CONTRIBUINDO PARA A PROMOÇÃO DA PAZ SOCIAL E FORTALECIMENTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO”.

(Missão)

Até 2020, o Poder Judiciário traçou estratégias para:

SER UMA INSTITUIÇÃO QUE PROMOVE A JUSTIÇA PARA TODOS COM CREDIBILIDADE E GESTÃO DE EXCELÊNCIA

(Visão)

A atuação do Poder Judiciário está pautada pela:

ÉTICA, CELERIDADE, CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA.

(Valores)

04. Mapa Estratégico

Mantida a concepção original, nesta revisão estão relacionadas as 04 (quatro) perspectivas organizacionais que descrevem a estratégia, agrupam os objetivos e estão identificadas no Mapa Estratégico:

Sociedade: O Tribunal existe para assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça Capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito (missão institucional)

Processos: Nesta perspectiva estão os objetivos estratégicos relacionados com a prestação jurisdicional mais célere e eficiente, aumento da produtividade e a governança judiciária.

Infraestrutura e Orçamento: Próprio aos objetivos de sustentação do Poder Judiciário, ligados à infraestrutura e ao orçamento que, como instrumentos gerenciais, são fundamentais para o alcance das estratégias organizacionais.

Pessoas: Compreende a dimensão de valorização e desenvolvimento de pessoas, cujo foco principal é a preparação da instituição para acompanhamento e enfrentamento das mudanças.

Desta forma o Mapa Estratégico explicita as relações de causa e efeitos entre os diversos componentes da análise estratégica definidas pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

A partir do Mapeamento Estratégico é possível identificar quais são os objetivos estratégicos e a visão integrada entre todos eles. Desta forma, atingir os objetivos ligados a *Infraestrutura e Orçamento*, contribui para o atingimento dos objeti-



vos da perspectiva de *Pessoas* e, por sua vez, viabilizam alcançar os objetivos da perspectiva *Processos*. Alcançar os objetivos da perspectiva *Sociedade* torna-se decorrência natural dos resultados anteriores.

Os objetivos estratégicos explicitados no Mapa Estratégico têm o condão de identificar os resultados que a organização pretende atingir. Os objetivos estratégicos se alinham para viabilizar a missão institucional e a sua visão de futuro, bem como ressaltar os valores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

A seguir está apresentado o mapa estratégico.



MISSÃO: “Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça Capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito”.

VISÃO: “Ser uma instituição que promove a justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência”.

VALORES: Ética, celeridade, credibilidade e transparência.

SOCIEDADE	APERFEIÇOAR E INCREMENTAR AS POSSIBILIDADES DE ACESSO À JUSTIÇA.
PROCESSOS	<ul style="list-style-type: none"> • APRIMORAR O RELACIONAMENTO COM O JURISDICIONADO, OPERADORES DO DIREITO E A SOCIEDADE. • COMBATER A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. • DESENVOLVER A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS COM EFETIVIDADE. • ELEVAR A PRODUTIVIDADE DO PODER JUDICIÁRIO. • ESTRUTURAR O SISTEMA DE MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS. • GERENCIAR AS DEMANDAS REPETITIVAS DE GRANDES LITIGANTES. • APRIMORAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL. • IMPULSIONAR AS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS. • IMPLANTAR A GOVERNANÇA JUDICIÁRIA. • APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TI. • IMPLANTAR A CULTURA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO. • IMPLANTAR A GESTÃO DE CUSTOS.
PESSOAS	<ul style="list-style-type: none"> • GARANTIR A EFICIENCIA NA ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NAS UNIDADES JUDICIÁRIAS. • CONSOLIDAR A POLITICA DE VALORIZAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES.
INFRAESTRUTURA E ORÇAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • ASSEGURAR SISTEMAS E INFRAESTRUTURA DE TI ADEQUADAS. • OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS. • INCREMENTAR OS RECURSOS DO PODER JUDICIÁRIO. • DISPOR DE INFRAESTRUTURA QUE SATISFAÇA AS EXIGÊNCIAS OPERACIONAIS.

04.01. DO MAPA ESTRATÉGICO, DOS TEMAS E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS

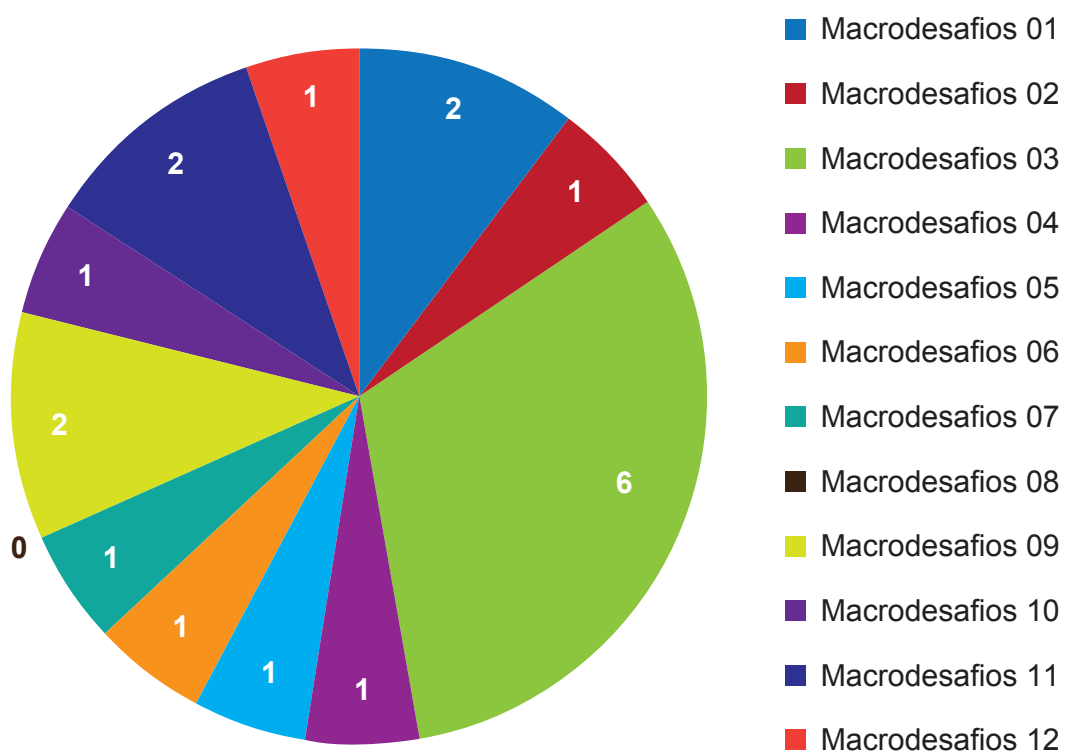
Os Objetivos Estratégicos, nesta revisão, foram correlacionados com Temas. Estes refletem a abordagem institucional e estão explicitados nas 04 (quatro) perspectivas organizacionais, conforme apresentados a seguir:

PERSPECTIVA ORGANIZACIONAL	TEMA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Sociedade	Acesso a Justiça	Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça
Processos	Eficiência operacional Governança judiciária	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar o relacionamento com o jurisdicionado, operadores do direito e a sociedade. • Combater a corrupção e a improbidade administrativa. • Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade. • Elevar a produtividade do Poder Judiciário. • Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos. • Gerenciar as demandas repetitivas de grandes litigantes. • Impulsionar as execuções fiscais, cíveis e trabalhistas. • Aprimorar a gestão da justiça criminal. • Implantar a Gestão de Custos. • Implantar a Governança Judiciária. • Instituir a Governança de TIC. • Implantar a Cultura de Responsabilidade Social: Sustentabilidade, Acessibilidade e Qualidade de vida no ambiente de trabalho.
Pessoas	Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a eficiência na alocação da força de trabalho nas unidades judiciárias. • Consolidar a política de valorização de magistrados e servidores.
Orçamento e Infraestrutura	Infraestrutura Orçamento	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas. • Otimizar a aplicação dos recursos financeiros. • Incrementar os recursos do poder judiciário. • Dispor de infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.

04.02. DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OS MACRODESAFIOS PROPOSTOS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Os Objetivos Estratégicos estão correlacionados com os Macrodesafios fixados na Estratégia Nacional 2015-2020, pelo Conselho Nacional de Justiça. Este alinhamento necessário e obrigatório do Planejamento Estratégico possibilitará ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo medir a sua capacidade de, por meio do atingimento dos Objetivos Estratégicos, enfrentar os Macrodesafios propostos.

Macrodesafios e Números de Objetivos Estratégicos Associados



MACRODESAFIOS CNJ	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
1. Garantia dos Direitos de Cidadania	1. Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça. 2. Aprimorar o relacionamento com os jurisdicionados, operadores do direito e a sociedade.
2. Combate a Corrupção e a improbidade Administrativa	1. Combater a corrupção e a improbidade administrativa
3. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	1. Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade 2. Elevar a produtividade do poder judiciário 3. Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas 4. Otimizar a aplicação dos recursos financeiros 5. Incrementar os recursos do Poder Judiciário 6. Dispor de infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais
4. Adoção de Soluções Alternativas de Conflito	1. Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos
5. Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes	1. Gerenciar as demandas repetitivas de grandes litigantes
6. Impulso as Execuções fiscais, cíveis e trabalhistas.	1. Impulsionar as execuções fiscais, cíveis e trabalhistas.
7. Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal	1. Aprimorar a gestão da justiça criminal
9. Melhoria da Gestão de Pessoas	1. Garantir a eficiência na alocação da força de trabalho nas unidades judiciárias 2. Consolidar a política de valorização de magistrados e servidores
10. Aperfeiçoamento da Gestão de Custos	1. Implantar a Gestão de Custos
11. Instituição da Governança Judiciária	1. Implantar a Governança Judiciária 2. Implantar a cultura de responsabilidade social: sustentabilidade, acessibilidade e qualidade de vida no ambiente de trabalho.
12. Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC	1. Aprimorar a Governança de TIC



04.03. DAS DIMENSÕES ORGANIZACIONAIS E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Conforme explicitado a seguir, há uma correlação entre as dimensões organizacionais e os objetivos estratégicos agrupados por temas. Esta configuração exprime a ambiência de desenvolvimento das atividades que contribuirão para o enfrentamento dos Macrodesafios propostos para o Judiciário.

Por ocasião da elaboração do Planejamento Estratégico, no ano de 2015, e de acordo com a metodologia desenvolvida à época, (Método Grumbach) foi utilizada a ferramenta de Cenários Prospectivos. Esta escolha possibilitou conhecer o ambiente em que está inserido o Poder Judiciário Capixaba. Por sua vez, a definição dos Temas propõe identificar as abordagens institucionais de acordo com os fins a que os objetivos estratégicos se destinam.



O Tribunal existe para assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça Capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito (missão institucional).

TEMA: ACESSO A JUSTIÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO ASSOCIADO:

APERFEIÇOAR E INCREMENTAR AS POSSIBILIDADES DE ACESSO À JUSTIÇA



Prestação jurisdicional mais célere e eficiente, aumento da produtividade e a governança judiciária.

TEMAS:

EFICIENCIA OPERACIONAL

GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS:

APRIMORAR O RELACIONAMENTO COM O JURISDICIONADO,
OPERADORES DO DIREITO E A SOCIEDADE.

COMBATER A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

DESENVOLVER A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS COM
EFETIVIDADE

ELEVAR A PRODUTIVIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

ESTRUTURAR O SISTEMA DE MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE
CONFLITOS

GERENCIAR AS DEMANDAS REPETITIVAS DE GRANDES LITIGANTES

IMPULSIONAR AS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS.

APRIMORAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL.

IMPLANTAR A GESTÃO DE CUSTOS

IMPLANTAR A GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TIC

IMPLANTAR A CULTURA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL:
SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E QUALIDADE DE VIDA NO
AMBIENTE DE TRABALHO.



Dimensão de valorização e desenvolvimento de pessoas, cujo foco principal é a preparação da instituição para acompanhamento e enfrentamento das mudanças.

TEMA:

GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS:

GARANTIR A EFICIENCIA NA ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NAS UNIDADES JUDICIÁRIAS

CONSOLIDAR A POLITICA DE VALORIZAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES





Objetivos de sustentação do Poder Judiciário, ligados à infraestrutura e ao orçamento que como instrumentos gerenciais são fundamentais para o alcance das estratégias organizacionais.

TEMAS:

INFRAESTRUTURA

ORÇAMENTO

ASSEGURAR SISTEMAS E INFRAESTRUTURA DE TI ADEQUADAS

OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

INCREMENTAR OS RECURSOS DO PODER JUDICIÁRIO

DISPOR DE INFRAESTRUTURA QUE SATISFAÇA AS EXIGÊNCIAS OPERACIONAIS

04.04. DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

As Iniciativas Estratégicas são a formulação das ações necessárias para alcance dos Objetivos Estratégicos. As iniciativas estratégicas constantes desta Revisão foram identificadas a partir das ações em curso e que tem interesse de continuidade, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, bem como aquelas que serão passíveis de execução até o ano de 2020, quando conclusa a Estratégia Nacional do período.

As iniciativas, conforme se apresentam, poderão ser desdobradas para constituir Programas e Projetos aptos à consecução da estratégia.

Neste processo revisional as Iniciativas Estratégicas foram reduzidas de 97 (noventa e sete) inicialmente elencadas para 84 (oitenta e quatro). Insta destacar que nessa nova numérica se inserem aquelas que contemplam: i) a necessidade de suprir a anterior ausência de iniciativas claras relacionadas com todas as áreas do Poder Judiciário, ii) necessidade de exclusão das iniciativas estratégicas que não mais serão executadas e, ainda: iii) a necessidade de alinhamento obrigatório entre as iniciativas estratégicas e os Macrodesafios fixados na Estratégia Nacional 2015-2020.

Importante destacar que as Iniciativas Estratégicas poderão ser alteradas até o final da Execução da Estratégia. Esta possibilidade se justifica pela própria dinâmica de acompanhamento do Planejamento Estratégico, por meio das Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAEs. Neste sentido as Iniciativas Estratégicas elencadas comporão objeto de avaliações periódicas quanto a sua pertinência e capacidade de atingimento dos Objetivos Estratégicos propostos.

As Iniciativas Estratégicas estão agrupadas pelos Objetivos Estratégicos compondo a visão macro de todo o Planejamento Estratégico. Foram criados códigos identificadores com o intuito de melhor percepção da correlação entre as perspectivas organizacionais, os objetivos estratégicos e os macrodesafios fixados pelo Conselho Nacional de Justiça.

MACRODESAFIO CNJ 01: Garantia dos Direitos de Cidadania

S.01.01 APERFEIÇOAR E INCREMENTAR AS POSSIBILIDADES DE ACESSO À JUSTIÇA.

S.01.01.001 Implantar a Central de Depoimento Especial

S.01.01.002 Projeto Meu Pai é Legal

S.01.01.003 Expandir a atuação da Central de Justiça Restaurativa

S.01.01.004 Apoiar projetos de Cooperação Técnica

S.01.01.005 Expandir a atuação da Justiça Comunitária

P.01.01 APRIMORAR O RELACIONAMENTO COM OS JURISDICIONADOS, OPERADORES DO DIREITO E A SOCIEDADE.

P.01.01.001 Plano de Comunicação visando a divulgação das Ações Institucionais e Sociais do Poder Judiciário

P.01.01.002 Capacitar o público interno - servidores e magistrados - para o relacionamento com o público

P.01.01.003 Aprimorar o Programa de Comunicação Organizacional Interna e Externa do Poder Judiciário



MACRODESAFIO CNJ 02: Combate a Corrupção e a improbidade Administrativa

P.02.01 COMBATER A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

P.02.01.001 Diagnosticar e Fiscalizar os processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública

P.02.01.002 Elaborar e implementar programa de reforço em unidades judiciárias com elevado número de processos pendentes de julgamento

P.02.01.003 Atualizar o Portal da Transparência do TJES de acordo com os novos parâmetros fixados pelo CNJ

P.02.01.004 Executar as ações de monitoramento e de avaliação de controles internos previstos no Plano Anual de Auditoria



MACRODESAFIO CNJ 03: Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

P.03.01 DESENVOLVER A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS COM EFETIVIDADE

P.03.01.001 Implantação do Processo Judicial Eletrônico.

P.03.01.002 Aprimorar a realização de mutirões para acelerar a produção e produtividade de Unidades Judiciárias.

P.03.01.003 Aprimorar a Gestão Judicial

P.03.01.004 Fortalecer a implantação do SEI

P.03.02 ELEVAR A PRODUTIVIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

P.03.02.001 Programa de atualização dos processos de trabalho

P.03.02.002 Gerenciar os recursos de infraestrutura de forma a maximizar sua utilização

P.03.02.003 Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade

P.03.02.004 Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade

P.03.02.005 Melhorar as estatísticas processuais do 1º e 2º graus

O. 03.01 ASSEGURAR SISTEMAS E INFRAESTRUTURA DE TI ADEQUADAS

O. 03.01.001 Convergir e integrar os sistemas legados

O. 03.01.002 Implantar o Processo Judicial Eletrônico

O. 03.01.003 Atualizar o parque tecnológico

O. 03.01.004 Implantar projeto Datacenter backup visando a Gestão de Continuidade de Negócio

O. 03.01.005 Implantar o Painel de Gestão

O. 03.02 OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O. 03.02.001 Aperfeiçoar a metodologia de estimativa da despesa



O. 03.03 INCREMENTAR OS RECURSOS DO PODER JUDICIÁRIO

O.03.03.001 Assegurar recursos orçamentários para a Execução da Estratégia

O.03.03.002 Otimizar o sistema de arrecadação de recursos próprios

O. 03.04 DISPOR DE INFRAESTRUTURA QUE SATISFAÇA AS EXIGÊNCIAS OPERACIONAIS

O. 03.04.001 Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário

O. 03.04.002 Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em um plano de obras até 2020

O. 03.04.003 Elaborar e implementar projeto para aprimorar o Planejamento de Contratações e o Sistema de Compras

O. 03.04.004 Plano de Logística Integrado e de Manutenção Preventiva

O. 03.04.005 Implantar um sistema informatizado de Gestão de Custos



MACRODESAFIO CNJ 04: Adoção de Soluções Alternativas de Conflito

P. 04.01 ESTRUTURAR O SISTEMA DE MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

P.04.01.001 Expandir a Justiça Restaurativa e Comunicação Não Violenta como ferramenta de solução pacífica de conflitos nas demais Supervisões e Núcleos do Poder Judiciário.

P.04.01.002 Desenvolver Programa de Capacitação continuada para formação de instrutores, mediadores, conciliadores e facilitadores.

P.04.01.003 Ampliar a instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflito

P.04.01.004 Apoiar mecanismos externos de solução de conflitos, contribuindo para a redução da judicialização.

P.04.01.005 Implantar o Cadastro de Conciliadores e Mediadores

P.04.01.006 Realizar Mutirões de Conciliação



MACRODESAFIO CNJ 05: Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes

P.05.01 GERENCIAR AS DEMANDAS REPETITIVAS DE GRANDES LITIGANTES

P.05.01.001 Incentivar a gestão de Audiências com Pautas Temáticas

P.05.01.002 Uniformização da jurisprudência estadual em demandas repetitivas

P.05.01.003 Reestruturar o setor responsável pelo controle das demandas repetitivas

P.05.01.004 Gestão dos Processos Coletivos e Demandas Repetitivas

P.05.01.005 Divulgar os 10 (dez) maiores litigantes do Estado do ES



MACRODESAFIO CNJ 06: Impulso as Execuções fiscais, cíveis e trabalhistas.

P.06.01: IMPULSIONAR AS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS.

P.06.01.001 Firmar acordos de Cooperação com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos.

P.06.01.002 Convenio com as Procuradorias Gerais dos Municípios Disponibilização de Informações referentes a recuperação fiscal.

P.06.01.003 Mutirão de ações de execução fiscal.



MACRODESAFIO CNJ 07: Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal

P.07.01 APRIMORAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

P.07.01.001 Implantar a identificação biométrica do réu submetido à condição de apresentação.

P.07.01.002 Cidadania nos Presídios

P.07.01.003 Audiência de Custódia

P.07.01.004 Projeto Começar de Novo

P.07.01.005 Institucionalizar a gravação de audiências

P.07.01.006 Projeto Lar de Paz



MACRODESAFIO CNJ 09: Melhoria da Gestão de Pessoas

PS.09.01 GARANTIR A EFICIÊNCIA NA ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NAS UNIDADES JUDICIÁRIAS

PS.09.01.001 Implementar modelo de alocação de recursos humanos nas estruturas de 1º e 2º grau de jurisdição e entre os primeiro e segundo graus de jurisdição

PS.09.02 CONSOLIDAR A POLITICA DE VALORIZAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

PS.09.02.001 Incentivar a disseminação de boas práticas de gestão de pessoas no âmbito do Poder Judiciário

PS.09.02.002 Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.

PS.09.01.003 Elaborar e implementar programa de capacitação (presencial e a distância) de servidores e magistrados

PS.09.02.004 Implantar gestão estratégica de recursos humanos (gestão por competências e gestão por desempenho)

PS.09.02.005 Criar Métodos de Valorização e Reconhecimento de Magistrados e Servidores por produtividade



MACRODESAFIO CNJ 10: Aperfeiçoamento da Gestão de Custos

P.10.01 IMPLANTAR A GESTÃO DE CUSTOS

P.10.01.001 Gerenciar os recursos de infraestrutura de forma a maximizar a sua utilização

P.10.01.002 Definir a sistemática de custos a ser utilizada no âmbito do PJES

P.10.01.003 Incentivar o consumo racional de energia elétrica e água

P.10.01.004 Elaborar o Plano Anual de Contratação



MACRODESAFIO CNJ 11: Instituição da Governança Judiciária

P.11.01 APRIMORAR A GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

P.11.01.001 Implantar sistemas eletrônicos de gestão integrados

P.11.01.002 Programa de Gestão Documental

P.11.01.003 Fortalecer o sistema de controles internos do TJES

P.11.01.004 Instituir a Gestão de Projetos

P.11.01.005 Aperfeiçoar a Gestão Administrativa

P.11.01.006 Disseminar o conhecimento sobre gestão estratégica

P.11.02 IMPLANTAR A CULTURA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO.

P.11.02.001 Instituir Política de Responsabilidade Social do PJES;

P.11.02.002 Cumprir as metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável – PLS

P.11.02.003 Instituir a Semana de Responsabilidade Social do PJES;

P.11.02.004 Elaborar e implantar programa de educação e sensibilização de utilização sustentável dos recursos materiais



MACRODESAFIO CNJ 12: Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC

P.12.01 INSTITUIR A GOVERNANÇA DE TIC

P.12.02.001 Reestruturar a STI – Recursos humanos e Estrutura organizacional

P.12.02.002 Implantar o Gerenciamento de Serviços de TI

P.12.02.003 Implantar o Gerenciamento de Segurança da Informação

P.12.02.004 Fortalecer a atuação do Comitê de Governança de TI

P.12.02.005 Ampliar a utilização do SEI



05. Monitoramento

Uma vez implantado o Planejamento Estratégico, o mesmo deverá estar em constante monitoramento. A execução da estratégia deverá ser acompanhada e possibilitará identificar se os objetivos organizacionais estão perfeitamente adequados para o enfrentamento dos macrodesafios instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça.

O acompanhamento deverá ser realizado por meio dos relatórios que cada área deverá elaborar para verificar se as iniciativas estratégicas estão sendo executadas de acordo com as definições prévias. A adequação dos recursos financeiros, físicos e humanos, para a execução da estratégia, será objeto de constante avaliação.

O acompanhamento e monitoramento será realizado por meio das Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAEs. A periodicidade das RAEs está fixada nos termos da Resolução CNJ Resolução Nº 198 de 01/07/2014, oportunidade em que se espera a participação de servidores e magistrados.



06. Considerações Finais

A revisão do Planejamento Estratégico, conforme se apresenta não alterou substancialmente a forma como o mesmo foi aprovado no ano de 2015. Com base nesta premissa estão mantidos todos os parâmetros de sua concepção, especialmente relacionados com os critérios de priorização de iniciativas.

Não obstante, as alterações trazidas objetivaram melhor traduzir a estratégia do Poder Judiciário 2015-2020, de forma a melhor se adequar às mudanças ocorridas no contexto interno da instituição, bem como visando atender as expectativas do Conselho Nacional de Justiça no que tange a elaboração de uma agenda positiva de enfrentamento dos Macrodesafios propostos por aquela entidade.

Dentre os benefícios advindos com a revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020 registra-se:

- Ampliação da percepção estratégica de magistrados e servidores.
- Identificação clara dos papéis de cada servidor no cumprimento da missão institucional.
- Criação de um melhor entendimento sobre as decisões de investimentos e sua relação com redução de custos.
- Ampliar o controle de dimensões estratégicas
- Subsídio à tomada de decisão baseada em dados e fatos e não em avaliações subjetivas;

Os resultados positivos esperados com a execução Planejamento Estratégico 2015-2020 serão mais relevantes, medida em que a utilização do modelo proposto se torne um processo sistemático. A avaliação e validação permanente dos

indicadores atribuídos a cada iniciativa estratégica servirá para a consolidação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo como uma organização orientada pela estratégia, ou seja, estimulando todos os magistrados e servidores ao alcance de sua visão institucional. .





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado
do Espírito Santo